DE PORTUGAL A MACAU

FILOSOFIA E LITERATURA NO DIÁLOGO DAS CULTURAS

Universidade do Porto. Faculdade de Letras

2017

Ficha técnica

Título: De Portugal a Macau: Filosofia e Literatura no Diálogo das Culturas

Organização:

Maria Celeste Natário (Instituto de Filosofia da Universidade do Porto)

Renato Epifânio (Instituto de Filosofia da Universidade do Porto)

Carlos Ascenso André (Instituto Politécnico de Macau)

Gonçalo Cordeiro (Universidade de Macau)

Inocência Mata (Universidade de Macau/ Universidade de Lisboa)

Jorge Rangel (Instituto Internacional de Macau)

Maria Antónia Espadinha (Universidade de S. José)

Editor: Universidade do Porto. Faculdade de Letras

Ano de edição: 2017

ISBN: 978-989-99966-9-4

O presente livro é uma publicação no âmbito das atividades do Grupo de Investigação Raízes e Horizontes da Filosofia e da Cultura em Portugal do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

PORTUGAL–ORIENTE: MOMENTOS DE INTERCÂMBIO

António de Abreu Freire

Instituto Internacional de Macau
Palácio da Independência, Largo de São Domingos, n.11, 1150-320 Lisboa
(+351) 21 324 1020 | iimlisboa@iim.com.pt

Resumo: Permeável às influências linguísticas e fonéticas dos povos agregados, a língua portuguesa assimilou quantidade impressionante de fonemas que a enriqueceram e globalizaram, enquanto fornecia às outras línguas novas sonoridades, num intercâmbio de exotismo sustentado e duradouro, numa diluição dinâmica e interativa.

Palavras-chaves: Língua português, relações culturais, Oriente.

Abstract: Permeable to the linguistic and phonetic influences of the aggregated peoples, the Portuguese language assimilated an impressive amount of phonemes that enriched and globalized it, while providing the other languages with new sonorities, in a sustained and lasting interchange of exoticism, in a dynamic and interactive dilution.

Keywords: Portuguese language, cultural relations, Orient.

Ninguém sabe ao certo quantos seres humanos se servem do idioma português no trato quotidiano por todo o planeta: não existem censos credíveis nos países africanos de língua portuguesa desde há mais de quarenta anos e, na diáspora portuguesa que se dilui por 165 países do mundo, também ninguém sabe quantos ainda traduzem as emoções do quotidiano em português. Há quem nos avalie em 230 milhões, há quem aponte para mais de 250, mas ninguém sabe e quase ninguém quer realmente saber. É que nós, portugueses, temos algo que nos distingue dos demais povos do planeta e que é o elemento mais significativo da nossa identidade: para nós a realidade sempre foi um mistério e a utopia um prazer sensual, gostoso que nem pecado. Já seríamos assim nos alvores da nacionalidade, quando foram derrotados cinco reis mouros com o próprio Cristo a apontar o caminho ao nosso primeiro rei, na véspera da matança. Ninguém sabe onde nem quando a tal batalha terá acontecido, nem sequer se jamais aconteceu. Mas a dinastia de Avis fez desta utopia o alicerce do grande empenho de assumir os custos e os riscos da empreitada das descobertas: uma cruzada para concretizar a promessa que o cronista Duarte Galvão se encarregou de divulgar, nos alvores do século de '500. E desde então nunca ninguém quis saber nem quanto dinheiro nem quantas vidas custou a empreitada que arruinou o reino: foi o custo do maior intercâmbio de civilizações que aconteceu na história da humanidade. Para que a promessa de Cristo se concretizasse, desviar-se-iam até as águas do rio Nilo e sequestrava-se o corpo do profeta Maomé. Tudo valia para que um rei encoberto entrasse um dia, glorioso, à frente de um exército, pelas portas de Jerusalém, abrindo o caminho às tribos perdidas e enfim reencontradas e convertidas à verdadeira fé. *Maktub!*

Nas minhas andanças por este mundo de gente, encontrei-me muitas vezes com comunidades da diáspora portuguesa, nos recantos mais recônditos e estranhos do planeta, muito acima do círculo polar ártico e muito abaixo do equador, por longitudes terrestres e marítimas pouco recomendadas e notei que em qualquer clima a saudade não era apenas uma palavra, mas sobretudo uma emoção que destrói toda a nossa capacidade de resistir aos glaciares da indiferença. Seja onde for, se soltamos os acordes de um fado, abrimos as porteiras das lágrimas e largamos tudo o que se acalanta no curral do coração. Nas minhas longas e movimentadas viagens marítimas, incontáveis vezes se fez silêncio, quando nas

escalas se acomodavam a bordo portugueses emigrantes, para escutar Amália Rodrigues cantar aquele *Barco Negro* da nossa trágica glória quinhentista. Tem uma praia, é o Tejo no Restelo, tem um barco, é negro de breu, enfeitado com as cores berrantes das flâmulas e dos paveses, tem missa e procissão, marinheiros nas vergas assobiando e acenando com os barretes, tem mulheres jovens e crianças na praia, chorando, tem mulheres velhas sem esperança, esgotadas as fontes das lágrimas. Dos que partem, metade não voltam. Alguns ficarão por lá, ninguém sabe quando nem onde, outros nunca terão sepultura de terra: essa é a realidade. Mas a utopia diz que quem parte ficará sempre no coração de quem fica. Seduzidos pelos acordes da guitarra e pela voz da grande artista, os meus convidados nem imaginavam a armadilha que eu lhes tramava. Vai daí, convidava-os para uma outra realidade: o barco negro não está ancorado nas praias do Restelo, não tem missa nem procissão, os paveses já não têm cor, as flâmulas estão rotas, falta gente a bordo. Tem mulheres jovens e crianças na praia, elas gritam e choram, tem mulheres velhas que murmuram. São as praias do Ceará, do Malabar, de Malaca e de Macau, nas baías do Japão, nos recifes de Ormuz, nas parcelas das Molucas. São Iracemas, Paraguaçús, Dinamenes, muitas mulheres que se deixaram seduzir e amaram os soldados, marinheiros, degredados e lançados dos barcos negros, da cor do breu. Nasceram filhos, crioulos, mamelucos, mestiços, filhos do pecado, que aprenderam com eles a falar, rezar e a cantar em português. Essas mulheres, que um dia acudiram à praia até à beira dos barcos que chegavam, levadas pela curiosidade ou para lavar e polir as panelas com areia, viram a sua felicidade ameaçada porque o homem que as seduzira ia regressar para donde viera e elas não sabiam se ele voltaria para as amparar e ajudar os filhos a crescer. As mais velhas, as primeiras que se deixaram seduzir e que esperaram até enlouquecer, murmuravam: eles não voltam. Na realidade, uns voltaram, outros não. Porque as coisas aconteceram assim, porque não tem pecado que resista do lado de baixo do equador, hoje nós somos esses tantos milhões a falar, a rezar e a cantar pelo mundo em português. E por isso estamos aqui hoje, a sete horas em viagem de sol, a falar em português. Porque muitos dos que chegaram, foram e voltaram para fazer do mundo inteiro o terreiro das leivas dos seus arados, o arraial das suas paixões.

Este é o reflexo romântico e sedutor da faceta mais lúdica da nossa identidade, o de um espelho em estanho polido que nos devolve uma imagem fluida. Do outro lado do espelho tem outra coisa. Tem uma Europa que dominou o mundo a partir do século XVI com o conhecimento, a tecnologia, a civilização e a cultura, no momento da grande expansão marítima e comercial iniciada pelos países ibéricos e continuada por holandeses, ingleses e franceses; Portugal contribuiu com uma fatia considerável de esforço para a expansão dos valores ocidentais, deixando bem marcada a sua presença tanto no *novo mundo* recém-encontrado como no oriente, velho mundo e berço ancestral de grandes civilizações. A matemática e a geometria, a ciência astronómica, a tecnologia da instrumentação náutica, a cartografia e a arte de construção naval resultaram de contribuições inovadoras de diferentes povos europeus: judeus e muçulmanos ibéricos foram os grandes pioneiros da álgebra e da geometria, alemães e holandeses especializaram-se no fabrico de instrumentos náuticos e na artilharia das frotas, cosmógrafos e cartógrafos ibéricos e italianos foram pioneiros na arte de mapear, enfim armadores e especuladores financeiros exigiram dos estaleiros de construção naval embarcações seguras e eficientes para o sucesso de um comércio sem fronteiras, o da primeira globalização. A expansão marítima resultou do intercâmbio de conhecimentos oriundos de vários cenários culturais e da partilha de inovações tecnológicas. Matemática, astrofísica, cartografia, carpintaria e armamento conjugaram-se. Mas a motivação profunda do reino de Portugal para tanto empenho era de ordem ideológica.

A chegada dos portugueses ao oceano Índico proporcionou desde os primeiros encontros um intercâmbio de conhecimentos. Ultrapassado o impacto inicial da desconfiança e a demonstração de força necessária para garantir a abertura e o controlo do trato comercial, o que foi facilitado pela superioridade bélica dos forasteiros e pela manta de retalhos dos frágeis poderes instituídos ao longo das costas da Índia, os portugueses de imediato se interessaram por outras experiências, procurando antigas comunidades cristãs isoladas e gente erudita com quem partilhar conhecimentos. No regresso da primeira viagem à Índia, entre a meia centena de navegantes que desembarcaram em Lisboa sãos e salvos, vinha um piloto e comerciante muçulmano do norte de África, culto e viajado, originário de Tunes, chamado Monçaide e emigrado há muitos anos, que usava com maestria

um instrumento mais eficaz do que o astrolábio para calcular as latitudes, a balestilha. Vinha também Gaspar da Gama (ou das Índias), um judeu askenazi de origem polaca que serviria de intérprete na viagem de Cabral e nas seguintes, prestando inestimáveis serviços aos pioneiros da aventura oriental. Na viagem de Cabral os pilotos testaram a eficácia de outro instrumento de medida de alturas trazido por Vasco da Gama, o *kamal*, com as respetivas *tabelas dos mouros* ou *tabuletas da Índia*. Os navegantes dos mares orientais já contavam com o apoio de cartógrafos e de pilotos experientes, conheciam com rigor os regimes das correntes e dos ventos e as rotas comerciais que cruzavam o Índico e o Pacífico ao ritmo das monções. Mercadores muçulmanos e judeus, de origem ibérica e norte africana frequentavam há mais de cinco séculos as terras do oriente. Eles constituíam os principais obstáculos às pretensões comerciais dos portugueses, mas eram também os mais indicados para partilhar com os recém-chegados a experiência acumulada. Os muçulmanos foram os primeiros a receber amigavelmente os homens de Gama. Os poucos cristãos encontrados não correspondiam às ideias que durante séculos vigoravam nos meios europeus: eles pertenciam às classes mais pobres, de Melinde e Socotorá até Cranganor, Coulão e Meliapor; o império fabuloso do Preste João, a alimentar utopias durante séculos, era terra pobre e herética, encurralada entre poderosas comunidades islâmicas da África oriental. A Terra Santa estava longe: Ormuz, *a pérola no anel do mundo*, era a conquista mais próxima do objetivo desejado. A ideologia imperial e messiânica guiava os destinos de todas as empreitadas.

O projeto oriental da coroa portuguesa durou pouco mais de um século, se bem que as consequências deste ousado e temerário feito se estenderam por mais de três séculos. Foi o resultado de uma estratégia deliberadamente construída a partir de objetivos previamente definidos: *o primeiro* desses objetivos era o do cerco ao domínio comercial dos muçulmanos e a destruição da supremacia do Islão que, após a queda de Constantinopla em 1453, confinava a Europa num espaço comercial demasiado restrito. Por todo o espaço que os portugueses dominavam ao longo da costa africana, o inimigo, o concorrente e o parceiro comercial, eram sempre o mesmo muçulmano. O projeto do rei D. Manuel e de Afonso de Albuquerque de controlar o Mar Vermelho para fechar por completo as rotas marítimas muçulmanas não se realizou, assim como não havia meios para

concretizar a sedutora sugestão do Négus etíope: desviar o curso do rio Nilo a fim de arrasar o poderio do sultão mameluco do Cairo e cumprir a profecia de Ezequiel - *reduzirei os canais do Nilo a um deserto…* (Ez,30, 12). O poder religioso em Roma confiava na guerra de cruzada dos portugueses e na estratégia de expansão marítima para travar o Islão e a supremacia do comércio dos *infiéis*, por isso os papas apoiavam sem reservas as iniciativas portuguesas. Aquele mito da missão divina do reino revelada pelo próprio Cristo ao primeiro rei de Portugal dominava as mentes cultas, inspirava o povo e os rumos das navegações; a utopia de um Império mundial cristão e português instalou-se como ideologia oficial do reino.

O segundo objetivo consistia em criar um novo espaço político e comercial na Europa, baseado na hegemonia dos soberanos fiéis a Roma, para o que era necessário garantir a estes o acesso privilegiado às fontes de riqueza disponíveis. Este objetivo só foi possível graças à combinação das áreas do saber e da experiência: a cosmografia e o contorno do continente africano. Ambas exigiam conhecimentos teóricos e aplicações técnicas. As bases teóricas estavam há muito codificadas em tratados de astronomia que o poder de Roma olhava com suspeição, pois contrariavam os textos da Bíblia; a igreja condenava as novas teorias científicas mas permitia que os princípios fossem aplicados na prática para garantir o sucesso das navegações longínquas, porque *navegar é preciso*. No destino das naus começava a tarefa dos pregadores, os semeadores da palavra divina.

Foi fantástica, a história da expansão do comércio português a partir da Índia: desde as primeiras viagens que surgiu a ambição de alcançar mercados mais distantes, os da Malásia, China e Japão, de terras até então conhecidas como Cataio e Cipango. A ideologia que comandava tamanha empreitada era opção de uma seita de fanáticos, qual sociedade secreta empenhada em realizar uma façanha milagrosa num vastíssimo continente e num rosário de arquipélagos. O chamariz era o comércio: pimenta de Samatra e Malaca, seda da Índia e da China, noz-moscada das ilhas de Banda, sândalo de Timor… e tudo quanto bastasse para obter em Lisboa lucros chorudos. Conquistada Malaca o objetivo passou a ser a China (Cantão, *a chave do reino da China*, *grande terra e gente, com formosos cavalos e mulas em grande número,* mas onde *a principal mercadoria era a seda*, no relato de Tomé Pires); da China (Macau, a 30 léguas de Cantão) surgiu um novo desafio,

dominar o comércio do reino fabuloso de Cipango, o Japão de Mendes Pinto e de Xavier, do qual Marco Polo ouvira falar e que Colombo não alcançara. Em menos de cinquenta anos, os missionários assentaram arraiais e organizaram comunidades cristãs pelos portos e feitorias onde os comerciantes se aventuravam com as naus da fortuna. Ergueram-se igrejas, colégios, misericórdias, hospitais…

O sucesso militar e comercial foi o suporte da expansão cultural, em especial o da difusão do cristianismo que arrastou para o oriente levas de bandeirantes apostólicos, espalhando novos conceitos e outros tantos rituais. Os valores ocidentais e latinos encontravam-se e confrontavam-se com culturas antiquíssimas e a religião cristã enfrentava os cultos de outras religiões profundamente enraizadas no tempo e nas mentalidades: um encontro excitante de civilizações. Pelas cidades da Índia e em seguida pelo espaço das conquistas que de Malaca se estenderam pelo levante até à China e ao Japão, os missionários entregaram-se à tarefa de organizar comunidades religiosas e de criar centros de irradiação de cultura. Já ao longo do século XVI se editaram dicionários, gramáticas e obras de divulgação religiosa e moral em sânscrito, tâmil, concani, chinês e japonês, impressas em tipografias que se instalaram a partir de 1553 em Goa e Cochim, logo de seguida em Macau e Nagasáki. Os poderes civis, militares e religiosos mantinham uma colaboração estreita e comprometida para garantir o sucesso das respetivas empreitadas. Uns e outros estavam conscientes da vulnerabilidade por serem minoritários e emigrantes: o espaço de intervenção comercial limitava-se a pequenos pedaços de orla marítima e insular distantes uns dos outros, onde o mérito e o reconhecimento do valor dos intervenientes dependiam de muitos fatores, por vezes perturbados pelas intrigas e pela malvadez dos concorrentes.

O oriente não seduzia pelo espaço a colonizar, mas pelo comércio. Os comerciantes portugueses alcançaram o Japão (Marco Polo não o visitou mas teve notícias e divulgou-o com o nome de Cipango) ao longo do ano de 1543 e os pioneiros terão sido Fernão Mendes Pinto na companhia de Cristóvão Borralho e Diogo Zeimoto que desembarcaram, em risco de naufrágio e sem autorização nem conhecimento do governador Martim Afonso de Sousa, numa das ilhas do arquipélago de Osumi, a de Tanegashima. A introdução da arma de fogo (o bacamarte) foi a primeira grande novidade técnica vinda do ocidente que modificou por completo a arte e o poder militar num país então fragilizado, sem poder central, governado por

dáimios e *samurais*, senhores da guerra ao jeito do feudalismo europeu medieval. A partir de 1547 os mercadores japoneses visitavam Malaca e no ano seguinte frequentavam Goa levando com eles, de regresso ao Japão, as primeiras novidades sobre o modo de vida dos forasteiros latinos. Os primeiros jesuítas chegaram e instalaram-se na cidade de Kagoshima no mesmo ano em que os seus companheiros chegaram ao Brasil, em 1549. O comércio com os *nanban jin*, os *bárbaros do sul*, desenvolveu-se em menos de uma década, prosperou graças ao apoio estratégico de Macau e manteve-se por largos anos monopólio dos portugueses. Em 1581 um cartógrafo português, talvez o jesuíta Inácio Moreira, desenhava a primeira carta geográfica do Japão. O jesuíta Luís Fróis (12532-1597), nascido em Lisboa e chegado ao Japão em 1562, escreveu a primeira *História do Japão* (1595). Porém, a presença dos europeus em terras tão distantes e no meio de culturas tão diferentes sempre foi precária e recheada de imprevistos.

A fixação dos portugueses em algumas partes do continente asiático foi difícil: eles não conseguiram dominar o interior das terras e passaram muitos anos até se conseguir um acordoo duradouro com as autoridades da China para a ocupação de uma ilhota. O navegador Jorge Álvares foi pioneiro: partiu de Malaca em 1513 às ordens do capitão-mor Jorge de Albuquerque e deixou um padrão clandestino em Tamão, hoje Lingding, no estuário do rio das Pérolas, sem mais consequências; Tomé Pires, naturalista e boticário real enviado como embaixador por Lopo Soares de Albergaria, não teve sucesso e foi preso logo no início da missão em 1516 (faleceu em território chinês em 1527). A China desconfiava das intenções dos *bárbaros ocidentais* que somente com subornos se fixavam esporadicamente em pequenos portos. Na realidade, a China – um espaço sagrado no meio do mundo - não precisava de nada nem de ninguém: após a aventura marítima da primeira metade do século XV, sob o comando do almirante muçulmano Zheng He, os imperadores da dinastia Ming até proibiram a construção de barcos de comércio. Francisco Xavier faleceu em 1552 na ilha de Sanchoão, a caminho de Cantão, exausto após mais uma tentativa frustrada, acompanhado pelo embaixador Diogo Pereira. O primeiro acordo com os chineses aconteceu em 1554, por um capitão-mor chamado Leonel de Sousa e finalmente em 1557 foi assinado um tratado que garantia uma espécie de arrendamento de espaço no delta do rio das Pérolas, numa zona habitada por uma população de baixa condição que se dedicava à

pirataria, reinava Jiajing, 12º imperador da dinastia Ming. Logo um arrojado dominicano, frei Gaspar da Cruz, vindo de Goa e Malaca, se dedicou à divulgação do cristianismo (deixou-nos um texto delicioso, o *Tratado das Coisas da China*, escrito em 1569, depois de regressar a Portugal). Não tardaram a chegar os franciscanos, que deixaram pelo extremo oriente marcas duradouras da sua passagem. Paulo da Trindade (1570-1651) e Jacinto de Deus (1612-1681), franciscanos naturais de Macau, escreveram obras importantes sobre a história do cristianismo no oriente (*Conquista Espiritual do Oriente* e *Descrição do Império da China*). Os jesuítas chegaram em 1563 e a cidade de Macau, que contava então 5.000 residentes dos quais 600 eram portugueses (ou 900, segundo o relato do padre Francisco de Sousa), foi elevada a sede de um bispado em 1575. O primeiro hospital público, o Hospital dos Pobres, uma leprosaria e a Santa Casa da Misericórdia foram obras dos jesuítas a partir de 1569. O colégio de São Paulo, dos jesuítas a partir de 1594, tornou-se rapidamente uma instituição de ensino superior donde irradiou a cultura ocidental e latina por terras do império chinês. Durante os 168 anos de atividade do colégio (até à expulsão pelo marquês de Pombal em 1762), lá se formaram 665 padres e irmãos jesuítas. Macau foi um caso exemplar de sucesso político, cultural e comercial duradouro; no primeiro quartel do século XVII o pequeno território possuía a mais sofisticada fundição de canhões de todo o oriente, superior às de Cochim e de Goa, a de Manuel Tavares Bocarro – que hoje enriquece o espólio de museus militares do mundo inteiro.

A China sempre foi um espaço interdito aos estrangeiros, os chineses consideravam-se o centro do mundo (*o país do meio*) e desprezavam os forasteiros, essas criaturas estranhas com hábitos de vestuário e de alimentação bárbaros e grotescos. Eles eram governados por um imperador, filho do céu e servidor de Deus, responsável por tudo o que acontecia ao povo do meio do mundo. A convivência pacífica com os portugueses, chegados do outro lado do mundo e portadores de outros valores culturais, durou 442 anos, até à devolução do espaço em Dezembro de 1999.

O *Império Português do Oriente* foi um projeto ambicioso de D. Manuel, assumido por Albuquerque como uma supremacia militar, mercantil e cultural para sustentar um grande desígnio ideológico e profético. O governador propunha uma massiva miscigenação de portugueses com mulheres indianas (os *casados*,

apelação que durou séculos), criando uma classe aculturada que servisse de apoio à empreitada política, uma verdadeira colonização, mas os nobres e eruditos do reino recusavam a ideia de uma raça de mestiços que pudesse ofuscar a dignidade e a qualidade da utópica pureza lusitana – *o peito ilustre lusitano*. A intolerância foi certamente o principal obstáculo ao diálogo e à convivência pacífica entre portugueses, hindus e muçulmanos. A atitude conciliadora de Albuquerque com os muçulmanos xiitas não foi entendida no reino, antes fortemente contrariada pelas ambições particulares de outros protagonistas. A ideia não vingou; a aventura oriental manteria como modelo um projeto comercial agressivo, onde a ganância não tinha regras nem limites e as empreitadas sucederam-se, por entre tragédias e sucessos. D. João III abandonara quase todas as praças de África para acudir às necessidades de investimento num comércio mais rentável, mas a fasquia fora colocada demasiado acima das capacidades e da qualidade dos concorrentes. No final do século XVI concediam-se em Goa e em Macau graus académicos em artes, direito e teologia, medicina e cosmografia. Imprimiam-se livros em Goa, Cochim, Macau e Nagasaki, o que só aconteceria no Brasil no primeiro quartel do século XIX. O intercâmbio cultural não sustentou a fraqueza militar, política e comercial do regime dos soberanos austro-espanhóis que nunca mais se recuperou. O último rei guerreiro de Portugal, que assumiria o império dos últimos dias e realizaria as profecias, perdera-se numa guerra para nunca mais voltar.

A dispersão do *império* por pequenos pedaços distantes uns dos outros, vulneráveis às investidas da concorrência e à ganância dos protagonistas e administradores que tanto se dedicavam a cumprir as instruções da coroa como a satisfazer as ambições pessoais, foi a principal causa da derrocada do projeto. As motivações de ordem ideológica não pesavam nos projetos pessoais de juntar fortuna, esses sim justificavam a luta e a guerra. *Apodrecer na rede ou pelejar em Goa*, nos versos de Humberto de Campos escritos já no século XX, definiam o destino de quem procurava um novo rumo para a vida. Para os menos atrevidos, o *novo mundo* representava um imenso espaço de liberdade onde não era necessário exibir virtudes. Para os reis da dinastia de Avis, a cruzada não se estendia ao Brasil ali tão perto, onde não havia muçulmanos nem grandes desafios comerciais, uma terra de gentios, quase virgem, que era necessário cultivar, aguardar pelas sementeiras para colher frutos mais tarde. Os indígenas viviam nus, sem exércitos

nem edifícios de pedra e cal, desconheciam os metais e a escrita, era terra de futuro incerto e por isso não constava no cardápio da realeza. O oriente distante e perigoso que alcançá-lo já era uma proeza, era o espaço único de todos os sonhos, os da glória, os da riqueza e os da profecia.

O comércio do oriente fez de Lisboa uma das maiores cidades da Europa: 100.000 habitantes em 1550, 250.000 no final do século XVI, (decrescendo para 165.000 em 1619). Durante o reinado de D. Manuel tinham zarpado de Lisboa para a Índia duzentas e trinta e sete naus. A *Rua dos Mercadores* de então era o terreiro de uma verdadeira globalização, mais parecida com uma favela de luxo com gente de toda a Europa, de muitas raças e crenças, no meio de uma euforia provocada pelo exotismo das mercadorias e a ânsia da fortuna. Porém, depois do longo cerco de Goa pelos holandeses (1639), da perda de Malaca (1641) e de Ceilão (1657), da entrega de Negapatão (1658), da cedência de Bombaím aos ingleses como parte do dote chorudo do casamento de D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra (1662), o denominado *Império Português do Oriente* declinou muito rapidamente. No final do primeiro quartel do século XVII pouco restava também do esforço dos cento e quarenta e dois jesuítas (dos quais setenta e um autóctones), de uma centena de franciscanos e algumas dezenas de dominicanos infiltrados na China e Japão, entusiasmados pelo sucesso comercial dos primeiros investidores e pela empreitada louca de São Francisco Xavier.

O catolicismo, através do qual se divulgou por mais tempo e mais intensamente a cultura ocidental e neolatina, não entrou no oriente com os portugueses: tanto os primeiros franciscanos que acompanharam as viagens de Gama e de Cabral, como Xavier e os jesuítas nas ousadas investidas pela China meio século depois, já lá encontraram cristãos de longa data e tradição. Tinha havido já um *Patriarcado do Oriente* na China, no século XIV (1307-1375), resultado do pioneirismo missionário de franciscanos italianos. Porém, a partir da intervenção dos missionários portugueses, através do *Padroado da Ordem de Cristo*, nunca mais deixou de haver continuidade na presença cristã por todo o oriente. Quando o poder político se desmoronou, os valores culturais sobreviveram e a igreja católica continuou a expandir-se sem o suporte comercial e militar que de início a protegeu.

O recinto do Vaticano exibia o sucesso da ação missionária, no tempo do último papa renascentista, Alexandre VII (pontificou de 1655 a 1667), com a inauguração

da monumental colunata de Bernini a simbolizar o poder da igreja dominando e protegendo o mundo. As nove dioceses católicas orientais do *Padroado Português* estendiam-se no século XVII até à China e ao Japão e na África oriental tinha as dioceses da Etiópia (1555) e de Moçambique (1612). Para além do poderoso espólio religioso presente até aos nossos dias por todo o oriente, a língua portuguesa e a cultura neolatina infiltraram-se nas principais culturas orientais, todas elas exibindo até hoje nos seus vocabulários fonemas de origem portuguesa, assim como no quotidiano de pequenas comunidades que ainda falam dialetos do português, na identidade das pessoas, nos trajes e costumes tradicionais, nos nomes das embarcações de pesca da Malásia e da Indonésia, nas festas populares, na cor da pele dos descendentes de portugueses…

Os missionários, primeiro os franciscanos, depois os dominicanos e os agostinhos, finalmente os jesuítas, oratorianos e outros mais, vieram reacender no oriente uma fé residual, obra de outros mais antigos e quase esquecidos, criando novas estruturas religiosas, igrejas, conventos, hospitais e colégios que se ergueram para durar muito para além das empreitadas dos comerciantes e dos militares. Eles foram autênticos bandeirantes desafiando todos os perigos ao encontro dos povos mais distantes, longe da proteção dos demais intervenientes: eles alcançaram civilizações tão isoladas como as do Tibete, do Nepal e do Butão. No primeiro quartel do século XVII, o jesuíta António de Andrade, chegado a Goa em 1600, foi o primeiro europeu a atravessar as neves perpétuas do Himalaia e a fundar uma missão no Tibete em 1626. O padre Estêvão Cacella alcançou o reino do Butão e lá fundou missão no ano seguinte. Outros, como o jesuíta João de Brito (1647-1693), canonizado em 1947, empreenderam ações missionárias e sociais junto dos mais pobres e segregados da Índia, em Madurai, longe de qualquer proteção militar. O padre oratoriano José Vaz, um brâmane natural de Goa (1651-1711), dedicou vinte e três anos de apostolado à comunidade de Ceilão durante o período do domínio holandês; beatificado em 1995, foi canonizado pelo papa Francisco em Janeiro de 2015. A igreja tinha canonizado em 1862 o franciscano Gonçalo Garcia, natural de Baçaim, filho de pai português e de mãe indiana, um dos vinte e seis cristãos martirizados em Nagasaki em 1597 juntamente com o jesuíta Paulo Miki, filho de um samurai.

A persistência da religião cristã permitiu a continuidade da influência linguística e cultural nas suas formas mais duradouras. Até ao final do século XVIII o português era ainda a principal língua comercial por todo o oriente. Há uma dezena de anos ainda se publicava em Ceilão um jornal em crioulo de português, mantido por uma igreja cristã. São doze os crioulos indo-portugueses identificados e cinco os crioulos malaio-portugueses, a maioria deles quase extinta, línguas de comunidades pobres e marginais. O *papiá kristáng*, um dialeto de origem portuguesa com mistura de fonemas malaios e chineses, ainda é falado por mais de cinco mil cidadãos em Malaca e Singapura e por mais alguns milhares dispersos por várias comunidades migrantes na Austrália e em Inglaterra. Um crioulo similar ainda subsiste como língua única dos seus utilizadores em Chaul, o *kristí*, dialeto da comunidade cristã de Korlai utilizado por um milhar de pessoas a sul de Bombaim, onde a presença portuguesa durou até 1740. Os últimos redutos do domínio português até ao século XX, os espaços do antigo *Estado Português da Índia*, mais os de Macau e de Timor, contribuíram grandemente para a continuidade da língua, mesmo que residual. Cerca de metade da população do atual estado de Goa (que é de um milhão e quinhentos mil habitantes) continua católica e a língua portuguesa, apesar de muito minoritária em relação às línguas concani e marata e mesmo ao inglês, ainda é falada por centenas de famílias. O diário *O Heraldo* foi publicado em português até 1983. Até 1847, os bispos da diocese chinesa de Pequim eram portugueses, até 1868 os bispos da diocese de Malaca e Singapura eram portugueses, como os bispos de Meliapor e de Cochim até 1951. O primeiro bispo da primeira diocese do Brasil, São Salvador da Bahia, D. Pedro Fernandes Sardinha (1496-1556), tinha sido vigário geral na Índia; o primeiro bispo do Maranhão, D. Gregório dos Anjos (1679-1689), o bispo do Pará D. frei Miguel de Bulhões (1749-1759), foram antes bispos de Malaca. D. António Barroso, bispo do Porto, um prelado que teve relevante intervenção nos primeiros tempos da República, tinha sido bispo de São Tomé de Meliapor. A igreja de São José em Singapura, construída na primeira década do século XX, ostenta na sua decoração o escudo português. A língua portuguesa é atualmente um dos três idiomas da República da Maurícia, um arquipélago habitado por um milhão e trezentas mil almas, situado a leste de Madagáscar, encontrado pelos portugueses em 1505.

Em Goa Velha, estão de pé e abertas ao público a sé catedral, as igrejas do Rosário, do Bom Jesus e de São Francisco, todas erguidas no século XVI. Em Macau subsistem as igrejas de São Lázaro, de Santo António e de São Lourenço, originalmente da mesma época. As ruinas da igreja do colégio de São Paulo são património da humanidade. Por muitos outros espaços do que foi o sonhado *Império Português do Oriente* resistem ao tempo vestígios eloquentes do que foi a obra do *Padroado* português, em especial a da atuação dos padres da Companhia de Jesus. Eles não foram os primeiros missionários portugueses no oriente, mas foram os mais ousados e destemidos na propagação do cristianismo, seguindo o exemplo de São Francisco Xavier. O padre Francisco de Sousa, um jesuíta nascido na Bahia (1649-1712), viveu 47 anos no oriente e escreveu a história da grande bandeira dos jesuítas, desde a chegada dos pioneiros até 1585: *Oriente Conquistado a Jesus Cristo pelos padres da Companhia de Jesus da Província de Goa* (Deslandes, Lisboa, 2 vols, 1710).

Um dos personagens mais relevantes da implantação da cultura ocidental e latina na China foi o jesuíta italiano Matteo Ricci (1552-1610), cientista, matemático e cartógrafo, o primeiro europeu a criar um intercâmbio científico e cultural com o oriente ao mais alto nível, entre os intelectuais e junto da corte imperial chinesa. Ricci veio para Portugal em 1577, aos vinte e cinco anos, para aperfeiçoar os conhecimentos de português na universidade de Coimbra. Partiu para Goa em 1578, integrado nas missões do padroado português e foi ensinar latim e grego no colégio de Cochim (hoje a maior aglomeração urbana do estado de Kerala, no sul da Índia), enquanto estudava teologia, para ser ordenado sacerdote em 1580. Em 1582 foi enviado para Macau (a diocese tinha sido fundada em 1575, desmembrada da de Malaca), a fim de aprender a língua e a cultura chinesa, enquanto ensinava matemática no colégio. No ano seguinte, juntamente com outro missionário o padre Miguel Ruggieri, fundava a primeira missão na China, em Zhaoqing, dependente do colégio dos jesuítas de Macau. O colégio Madre de Deus, fundado na origem pelos franciscanos viria a ser, a partir de 1594, com o nome de colégio de São Paulo e já sob a tutela dos jesuítas, uma instituição de altíssima qualidade: aí se ensinava filosofia, teologia, matemática, geografia, astronomia, latim, português, música e artes, uma verdadeira instituição de ensino superior, foco de difusão da cultura ocidental por terras chinesas e dos seus aliados. O padre

Ruggieri, companheiro de Ricci, também foi professor de matemática no mesmo colégio durante quatro anos e foi o primeiro a publicar em língua chinesa um livro sobre a visão cristã do mundo, *Verdadeiro Tratado do Senhor do Céu*, em 1584. Em 1589 Matteo Ricci introduziu o calendário gregoriano na China e em 1594 traduziu para latim os quatro livros do *Cânone do Confucionismo*, permitindo pela primeira vez o acesso dos ocidentais à filosofia de Confúcio (551-479 ac). Vestido de seda como os altos funcionários e os calígrafos da administração do império, o *homem sábio do ocidente* logrou aproximar-se da cor púrpura que enfeitava a cidade interdita.

O padre João Rodrigues, natural de Sernancelhe (1560-1633), embarcou para o Oriente muito jovem, pelos catorze anos e lá ingressou na Companhia de Jesus; fez os estudos de filosofia e teologia no colégio jesuíta de Nagasaki, foi ordenado padre em Macau e tornou-se um dos maiores conhecedores ocidentais da língua japonesa. Ele compôs o primeiro dicionário japonês-português (1603) e escreveu a primeira gramática da língua japonesa (1604). Para além de escrever uma história do cristianismo no Japão, que não é apenas uma história de religião mas uma verdadeira enciclopédia da cultura nipónica, o padre foi também comerciante, diplomata, político e intérprete junto dos estrangeiros que demandavam o país do sol nascente. A carreira promissora do padre terminou em 1610, no momento de um incidente infeliz com a nau do trato *Nossa Senhora da Graça*, também conhecida como *Madre de Deus*, destruída pelos japoneses na baía de Nagasaki, depois de um incidente mal resolvido em Macau. Em retaliação pela morte de soldados e marinheiros japoneses, a maioria dos padres foi expulsa do Japão (em 1614). O colégio fechou, o comércio declinou e os mercadores portugueses abandonaram Nagasaki em 1639, após 68 anos de um movimento comercial exclusivo entre Macau e o Japão. A história da vida do jesuíta João Rodrigues inspirou o romance *Shogun* de James Clavell, que deu origem à série televisiva e ao filme com o mesmo nome em 1980. Um filme recente, *O Silêncio*, relata o drama de um dos padres jesuítas no tempo da perseguição.

Pelos anos de 1670 o padre Gabriel de Magalhães, natural de Pedrógão Grande, ensinava astronomia na corte do imperador Kangshi (o 2º da dinastia Qing, reinou de 1661 a 1722), que visitou pessoalmente a casa dos jesuítas em Pequim em 1675, resolvidos alguns conflitos que entretanto tinham surgido entre

missionários de diferentes ordens religiosas e com as autoridades. Por esses anos, já a presença dos padres portugueses era minoritária na China; na *Relação* escrita pelo jesuíta francês François de Rougemont, sobre a ação dos padres nos anos de 1659 a 1666, apenas cinco em vinte e cinco padres jesuítas são portugueses, entre eles o padre Magalhães, que completou o trabalho iniciado pelo francês até ao ano de 1669.

Outro jesuíta que desempenhou um papel preponderante no Celeste Império foi o padre Tomás Pereira (1645-1708), natural de Famalicão, que chegou a Goa com o vice-rei D. João Nunes da Cunha em 1666, ainda noviço, aos vinte e um anos, onde completou os estudos seguindo depois para Macau em 1672. Músico, astrónomo, matemático e diplomata, frequentava desde 1680 a corte do imperador Kangxi (o 3º da dinastia Qing) e fez parte da delegação chinesa que assinou em 1689 o primeiro tratado de paz com uma nação europeia, a Rússia de Pedro I o Grande, soberano que unificou, modernizou e abriu o seu país à influência ocidental. Matemático e astrónomo, o jesuíta introduziu também na China a música erudita europeia, construiu o primeiro órgão de tubos e montou o primeiro carrilhão numa igreja chinesa. Apesar de ter desempenhado a sua ação já numa fase decadente do poder económico e cultural português no oriente, o seu contributo para o intercâmbio cultural com a China foi brilhante, no tempo do reinado do mais extraordinário imperador de toda a história chinesa. Os jesuítas foram os maiores intervenientes no intercâmbio científico e cultural entre o ocidente e o oriente, sobretudo nas áreas da matemática, da geografia e da astrofísica. Eles mantiveram uma presença quase constante junto da corte imperial chinesa até 1806, quando faleceu em Pequim o padre, matemático e cirurgião José Bernardo de Almeida, reinava o imperador Jiaging, o 5º da dinastia Qing.

A difusão da civilização ocidental e latina pelo oriente foi prodigiosa: em meados do século XVII tinham sido publicadas nas tipografias de Goa, Cochim, Macau e Nagasáki mais de duas centenas de livros sobre ciência e religião e meia centena de grandes obras clássicas ocidentais. As ordens religiosas cresceram graças ao recrutamento de noviços autóctones que contribuíram para o sucesso missionário do *Padroado*.

A nossa história conta muitas miudezas e alguns momentos de glória – momentos sublimes de grandeza – fragmentos da formação da identidade de um povo; todas

as histórias são feitas de fragmentos. A aventura oriental nasceu de um projeto profético assumido, no contexto de uma mística escatológica de forte influência judaica e gerou riquezas pessoais fabulosas, mas foi desastrosa para o reino: escreve Oliveira Martins que *a nossa ruina foi o preço do maior ato da civilização nos tempos modernos*. Os primeiros três navios que zarparam de Lisboa com destino à Índia, comandados por Bartolomeu Dias, passaram o Cabo em 1488, fincaram um padrão no rio do Infante, mil quilómetros a nordeste, na costa do oceano Índico, mas a insegurança das tripulações provocou uma rebeldia que impediu de alcançar o destino. Entre 1497 e 1700 zarparam para o oriente 1154 naus e regressaram apenas 589. O maior génio da nossa identidade, o padre António Vieira, um mestiço irreverente, pregando na capital da cristandade em outros anos de crise e de descalabro da nação, na década de '70 do século XVII, imaginava para os portugueses nada menos que o Vº Império do mundo e apregoava nos púlpitos de Roma o que imaginara nas missões do Maranhão e Grão-Pará, quando era missionário entre os povos mais primitivos da terra: que o planeta se tornaria uma *Feira Universal* (expressão do cronista João de Barros), qual *Nova Malaca*, cosmopolita e tolerante, no início de uma nova era de riqueza e de felicidade. O pregador augurava o reino consumado de Cristo sobre toda a humanidade, mil anos depois de um *Apocalipse* atribuído ao bispo Metódio de Olimpos o ter profetizado para um soberano bizantino e etíope, imperador dos últimos dias, dominador do Islão e libertador de Jerusalém. Cumprida a missão profética, ele renunciaria à coroa. Quando Vieira escrevia o seu projeto, o rei a quem ele destinava o trono do Vº Império, após ressuscitar conforme os mesmos e outros profetas da plebe, já renunciara à coroa, para si e seus sucessores, havia vinte e cinco anos. Que faltaria então para que se cumprissem as profecias? Na linha ideológica das muitas teorias milenaristas que surgiram ao longo da história do cristianismo, todas inspiradas no mesmo texto do Apocalipse, o Vº Império de Vieira é uma apologética da esperança.

A língua portuguesa, diferenciada da galega a partir de 1290, quando D. Dinis a impôs como idioma oficial da corte e da administração do reino, consolidou-se em 1516 com a publicação do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende e normalizou-se com as gramáticas de Fernão de Oliveira (1536) e de João de Barros (1540). A consolidação e normalização da língua aconteceram ao mesmo tempo que ela se

disseminava pelos novos espaços onde os portugueses assentavam arraiais no século de ouro da expansão marítima, comercial e cultural. Permeável às influências linguísticas e fonéticas dos povos agregados, a língua assimilou quantidade impressionante de fonemas que a enriqueceram e globalizaram, enquanto fornecia às outras línguas novas sonoridades, num intercâmbio de exotismo sustentado e duradouro, numa diluição dinâmica e interativa. Hoje, a língua portuguesa serve de pátria emotiva a centenas de milhões de cidadãos espalhados por quatro continentes, graças àqueles barcos negros que foram e voltaram, tornaram a vir e tornaram a voltar. Teve mais de trinta idiomas crioulos do português (muitos extintos) por espaços continentais e arquipélagos da América, África, Índia, Malásia e China. Com a língua viajaram, nos rumos de ida e de torna-viagem, mitos e virtudes de civilizações diferenciadas, valores e desejos globais, ideias e tecnologias inovadoras partilhadas pelos povos do planeta e talvez seja essa universalidade que anuncia hoje a alvorada de um sonhado e profetizado Vº Império, cujos testemunhos de pedra e cal, os que ainda estão de pé e os que resistem ao implacável desgaste do tempo e das águas, da Etiópia ao Japão, continuam a marcar o tempo e o modo da presença efémera dos portugueses. São mensagens proféticas para quem sabe ler a história do futuro. A euforia não terminou, nem a pátria se perdeu na desolação de Cúria Múria. Tem uma ilha encantada num lugar que não existe, povoada de heróis e de esperanças, alimentando o imaginário de um povo que nunca desistiu de encontrar a sua identidade a uma distância segura da realidade. O sonho continua.